

## **O INDIVÍDUO COMO SUJEITO DE CONFLITOS SOCIAIS: IDENTIDADE E TERRITÓRIO**

**Marília Luiza Peluso**

UnB – Universidade de Brasília – Departamento de Geografia  
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.  
peluso@unb.br

Recebido 16 de abril de 2005; revisado 22 de maio; aceito 26 de maio.

**Resumo** – No primeiro momento eleitoral em Brasília, quando as relações sociedade/território estavam se deslocando de uma relação técnica para uma relação política, houve a necessidade de enfatizar a igualdade dos processos sociais entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, com o objetivo de elevar a auto-estima dos habitantes das periferias e superar conflitos. Entrevistas com moradores da cidade-satélite de Samambaia, com o Administrador Regional e as lideranças comunitárias permitiram analisar a dinâmica da atuação das autoridades. Verificou-se que a baixa auto-estima foi sendo superada, promovendo-se um discurso político, no qual a identidade caótica de Samambaia daquele momento foi substituída por uma cidade ordenada do futuro. A metáfora do mosaico, em que pessoas de origens diferentes convivem no mesmo lugar, foi utilizada para igualar Plano Piloto e Samambaia, escondendo as diferentes relações sociais que construíram os dois territórios.

**Palavras Chave** – Plano Piloto, Samambaia, cidades-satélites, processos sociais, identidade, território, auto-estima.

**Abstract** – At the first electoral moment in Brasilia, when the relationships between the society and the territory were changing from a more technical relation to a political one there was a need to emphasise the equality of the social processes between the “Plano Piloto” and the satellite cities in the outskirts of Brasilia. The main goal of such an attitude was to raise the outskirts inhabitants self-esteem and to surpass conflicts. Interviews

were conducted with inhabitants of Samambaia, with the Regional Administrator and with the communities' leaderships in order to analyse the dynamics of the authorities' performance. It was seen that the low self-esteem was being surpassed and a political speech was then encouraged, in which the chaotic city of Samambaia was being substituted by a bona fide city of the future. The metaphor of the mosaic, where people of different origins live in the same place, was used to balance the differences between "Plano Piloto" and "Samambaia". The different social relations that were built between the two territories were then hidden.

**Keywords** – Plano Piloto – Samambaia - satellite cities - social processes - identity – territory - self-esteem.

## INTRODUÇÃO

O mito da igualdade territorial que perpassou a história do espaço de Brasília foi sendo dissolvido enquanto se edificava a cidade na forma de um centro, o Plano Piloto, cercado por uma periferia, as cidades-satélites. A divisão social do espaço urbano que decorreria das funções burocráticas e políticas do aparelho de Estado, submergiu logo nos primeiros anos da construção, com a chegada dos migrantes pobres e sem vínculos com o governo, que vieram em busca de trabalho.

Como acentua Silveira (2000, p. 27), a implantação do Plano Piloto, com suas superquadras construídas “dentro de uma perspectiva de cidade ideal, com toda a infra-estrutura urbana, para uma clientela de funcionários públicos”, fazia com que, em cada canteiro de obras aparecessem “favelas e a medida que a cidade ia se instalando, essas favelas eram removidas”. As contínuas remoções e realocações organizaram uma divisão social do espaço urbano extre-

mamente desigual, em que a população mais pobre buscava novos lugares para invadir ou alugava precárias moradias por uma quantia exorbitante para sua capacidade de pagamento.

O início do processo eleitoral, em 1990, trouxe a necessidade de, politicamente, construir relações sociedade-território, nas quais seriam enfatizadas a igualdade espacial e a semelhança dos processos sociais no centro e na periferia. Pretendia-se, com esse tipo de procedimento, elevar a auto-estima dos moradores das periferias, abalada pela incessante periferização e desterritorialização.

O presente artigo procurou captar esse momento delicado da organização espacial de Brasília, ao analisar as respostas de pesquisa de campo realizada em fevereiro e março de 1992, na cidade-satélite de Samambaia, no âmbito do convênio firmado entre o Departamento de Geografia e o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo da pesquisa era realizar uma investigação sobre problemas nas relações entre sociedade, território e subjetividade, explorando temas de posicionamento social e econômico no espaço urbano, identidade, relações com o governo, opiniões, demandas e expectativas dos moradores das cidades-satélites. Os alvos preferenciais seriam os núcleos urbanos em que se implementava o Programa de Assentamento da População de Baixa Renda do Distrito Federal, importante programa habitacional do primeiro governo eleito. Entre 1989 a 2004, quando deixou de existir, o programa distribuiu cerca de 120.000 lotes em “assentamentos”, extensas áreas carentes de infra-estrutura, localizados em quase todas as cidades-satélites.

Samambaia mostrava-se um caso interessante por ser, na ocasião, bastante recente e planejada como uma aprazível cidade de classe média, com detalhes

urbanísticos bastante refinados (Paviani, 1991, p.131). O decreto de criação data de 1984 e localizou-a a uma distância de 45 quilômetros do Plano Piloto. As classes sociais que nela residiam eram muito diversificadas e setorializadas de acordo com as formas de aquisição da moradia e da classe de renda. Havia o setor de mansões, para a classe média alta, que havia adquirido os terrenos em licitações públicas; pessoas de classe média baixa que se tornaram proprietárias em cooperativas ou em programas habitacionais do Governo do Distrito Federal (GDF), por intermédio da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS). Nessa Samambaia, que aos poucos estava sendo ocupada, o Programa de Assentamento da População de Baixa Renda assentou em dois anos, cerca de 100.000 inquilinos e invasores em 22.635 lotes localizados no próprio centro urbano (GDF, SDS, Relatório do Programa de Assentamento, 1989/90). No Censo de 1991, a população totalizava 126.383 habitantes.

Nesse particular contexto material e social de vida (Claval, 1999), realizaram-se entrevistas em 13 moradias de Samambaia, contatadas aleatoriamente, além do Administrador Regional e das lideranças comunitárias. Verificou-se, posteriormente, que as 4 fitas com entrevistas no setor de mansões encontravam-se inutilizadas por motivos técnicos. Dessa maneira, o material todo consistiu de 10 entrevistas, 9 com os moradores e 1 na administração regional, envolvendo 20 respondentes, visto que em muitas residências esteve presente mais de uma pessoa e, além do administrador regional, cinco líderes comunitários participaram do encontro. Gravadas e transcritas, as falas permitiram o acesso a um rico material sobre os conflitos que se desenvolviam em Samambaia no momento imediatamente pós-eleitoral.

A principal hipótese que norteou as análises dos discursos afirma que o espaço é instituído pelas relações sociais que os homens estabelecem entre si em suas atividades sociais, econômicas e psíquicas. Derivadas dessa hipótese, outras podem ser estabelecidas. Assim, viver na cidade delinea-se na esfera individual não só como uma atividade social e econômica, mas como uma atividade psíquica do indivíduo, situada na confluência do externo e do interno. Interiorizados os significados das formas espaciais, os sujeitos dotam-nas de sentido e estabelecem identidades em que a topologia do “aqui” e do “lá” engendra o “eu” e o “tu”, o “nós” e o “eles”, em um processo semântico, no qual os conflitos adquirem os contornos do conhecido e do vivido. Uma das manifestações dos conflitos identitários encontra-se na luta por obtenção de “status”, afirmação e auto-estima na vida cotidiana, em que se defrontam sujeitos de classes sociais e de renda diferentes.

Algumas observações fazem-se necessárias. A primeira, é que não se vai trabalhar com dados quantitativos, mas analisar os discursos e verificar como os moradores de Samambaia se posicionaram entre si no espaço urbano, tendo como parâmetro o Programa de Assentamento da População de Baixa Renda. A segunda, é que os discursos não se excluem mutuamente, mas constituem um conhecimento acumulado que circula na sociedade e vai sendo desvendado na fala de cada respondente. A terceira, é que os resultados obtidos, pelo pequeno número de entrevistas, talvez não sejam generalizáveis, mas são importantes para compreender as relações sociedade/território nas periferias urbanas. E por último, as interpretações dos discursos podem não ser as únicas ou as melhores, mas considere-as as mais adequadas, tendo em vista o objetivo da pesquisa e

os tipos de conflitos que emergiram dos discursos.

O presente artigo se divide em quatro partes. Na primeira, vai ser discutido o referencial teórico, com a caracterização de território e de identidade; na segunda, será apresentada a formação das identidades opostas e conflituosas do Plano Piloto e das cidades-satélites; na terceira, serão abordadas as maneiras pelas quais o governo procura construir uma identidade positiva para Samambaia e superar conflitos territoriais; na quarta, teremos os conflitos identitários e territoriais vistos pela ótica dos moradores da cidade-satélite, finalmente, algumas conclusões, mostrando como os conflitos entre identidade e território foram sendo, ou não, superados.

### **A CONVERGÊNCIA ENTRE TERRITÓRIO URBANO E IDENTIDADES**

A historicidade do conceito de território leva à idéia de “domínio” jurídico. Mesquita (1995, p. 76/77), por exemplo, ressalta que a etimologia do território deriva do conceito do latim “terra” (terra) e “pertencer a” (torium), originalmente aplicado aos distritos que circundavam a cidade e sobre os quais esta tinha jurisdição.”. Outra característica implicada no conceito é o de “apropriação”: Estados, grupos diversos, classes ou indivíduos apropriam-se de porções do espaço terrestre, considerando-os como seus. Ligada a ela, a noção de “soberania”. Conectado ao espaço, o território é “extensão material ordenada no espaço geográfico” (Gottmann, 1976, p. 29). A ordenação implica numa relação social de homens com homens. Nas palavras de Gottmann (1976, p. 29) “território é um conceito gerado por pessoas organizando o espaço para seus própri-

os objetivos”. Dessa maneira, território não se refere a um substrato inerte, mas em contínuo diálogo com o espaço, como um dos seus momentos dialéticos, apropriado como base das relações sociais.

E essas relações, se ocorrem em largos espaços (como o território de uma nação) ocorrem também em esferas cotidianas, na relação do habitante com o espaço imediato de sua vivência. Mesquita (1995, p. 80) cita Pinchemel que considera esse tipo uma “territorialidade no sentido mais subjetivo, mais fenomenológico com seu ambiente de referências, de signos que contornam o território pessoal e social. Uma tal concepção do território mal se diferencia do espaço vivido”. É nesse sentido que se pretende capturar o território, como pequena área de vivência e pertencimento, desvendando o processo de sua apropriação pelo caminho da instituição de identidades, categoria histórica e psicológica, segundo a qual o indivíduo se reconhece a si mesmo como separado do Outro.

Como categoria psicológica, o indivíduo reconhece-se como tal ao se posicionar, como acentua Le Bossé (2004, p.160) no mundo das ocorrências e responder adequadamente à pergunta “quem sou eu?”, “quem somos nós?” e às perguntas correlatas “quem é você? quem é ele?”, nas quais o sujeito busca status, uma imagem satisfatória de si mesmo, auto-estima e apreciação do Outro. Ou seja, perguntas, respostas e buscas que transitam nas relações dos homens com outros homens, nas diferenças e semelhanças configuradas nas condições objetivas de vida. Nesse contexto, escreve Ciampa (1994, p. 124), cada um fala de si, falando do Outro, condensando em si a totalidade, pois “o singular materializa o geral” (Ciampa, 1994, p. 126). Maffezoli (1996, p. 305) igualmente

chama a atenção para a característica social da identidade ao se referir à maneira de aborda-la a partir de Heráclito, “que vai pensar o sujeito a partir do outro, da alteridade. Essa podendo designar os outros em torno de mim, ou os outros em mim-mesmo.”

A convergência entre identidade e território urbano será feita por intermédio do diálogo entre espaço e território. Santos considera o espaço como:

*um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (Santos, 1994, p.26).*

O espaço assim definido por Santos é produto das relações sociais que os homens estabelecem entre si em suas atividades econômicas, sociais e psíquicas. Ou seja, o mesmo núcleo gerador que institui as identidades. Como coloca Ciampa:

*Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. (...) Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo que são constituídas cada uma por ela (Ciampa, 1994, p. 127).*

Identidade e espaço urbanos provém do mesmo núcleo gerador, o conjunto da vida social, em que a sociedade em movimento é posta dentro de um conjunto de formas. Interiorizadas as formas urbanas que as relações sociais adquirem, os sujeitos dotam a cidade de significados, localizam-se nela, estabelecem alteridades - instituem o si mesmo e os outros, perguntam e respondem “quem sou eu, quem é o outro” - em contínuas oposições pelas quais se reconhecem, atribuem-se e conquistam papéis, status, reconhecimento e auto-estima. É o que se poderia chamar de “economia da identidade e do espaço urbano”.

Internalizada a forma de apropriação do espaço, centrada na “casa própria”, uma das maneiras de reconhecer os conflitos gerados na instituição de identidades é na disputa pelos territórios de moradia da cidade. Ser proprietário de uma casa permite ao indivíduo estabelecer uma identidade e um posicionamento no espaço, “afirmar claramente quem ele é, de construir seu eu, definir sua personalidade, marcar os limites do que lhe pertence e o que pertence aos outros” (Claval, 1999, p. 16). Nesse processo, o sujeito constrói uma dimensão simbólica do território, produto do que Haesbaert (2001, p.118) denomina de “apropriação/valorização simbólica” do grupo sobre seu espaço.

Assim, a casa própria, o objeto material com o que as classes sociais se apropriam do território é o suporte para os processos de inclusão/exclusão no urbano, nos quais o Outro é, ou não, negado, repostado ou superado. É aqui que a instituição da identidade urbana aparece como uma questão social e política, com uma face concreta no espaço e no território da cidade.

## UMA QUESTÃO DE “STATUS”: COMO OS INDIVÍDUOS SÃO IDENTIFICADOS COM SEU ESPAÇO

A identidade de Brasília instituiu-se enraizada na função de Capital federal, a partir da qual são engendrados seus atores e espaços, materializados no Plano Piloto. Seus moradores vieram aos poucos, numa migração dirigida. Sua identidade de classe: a tecnoburocracia civil e militar e a elite política, com quem a civitas simbólica, por sua vez se identificava.

Outra parte dos atores chegou de roldão. Identidade: povo, que acudiu em massa às possibilidades de emprego geradas pelo chamado da grande tarefa mítica da fundação de uma nova cidade, a qual Juscelino se referia como “o grande desafio de nossa história” (Kubitschek, 1974, p.8). Mas, o status desses migrantes era substancialmente diferente: uma multidão, que se inseria à força nos interstícios das obras de construção. Como escreveu um dos construtores de Brasília, narrando a saga da cidade:

*Naquela época, milhares de migrantes, muitos com suas famílias, se dirigiam ao Planalto Central, em busca de empregos. (...) A cada dia, novas levas aqui desembarcavam. A construção de acampamentos de madeira não podia mais atender à demanda. Passou, então, essa multidão a se alojar em torno dos acampamentos, ao longo da Avenida W-3 e nas imediações do Núcleo Bandeirante” (Silva, 1971, p.230).*

Dentro do território planejado e racional se estabeleceu uma ameaça à ordem simbólica do poder, ainda em estado de caos - um imenso canteiro de obras

- mas que, com a continuação das obras, logo seria superado. Nas fronteiras do projeto hegemônico, porém, não havia ainda plano estabelecido e o Outro poderia manter-se em definitivo nas áreas invadidas.

Na ação rápida que abriu um espaço para a multidão reivindicante na periferia desabitada, nasceu Taguatinga, em 1958, antes do término do Plano Piloto. Seguiram-se outras cidades-satélites para os mesmos personagens: Sobradinho e Gama, em 1960; a Cidade Livre, fixada em 1961, com o nome de Núcleo Bandeirante; o Guará, em 1966. Brazlândia e Planaltina, duas pequenas cidades goianas dentro do perímetro do DF, foram incorporadas como cidades-satélites. Em 1973, repõe-se a solução de cidade-satélite para removidos de invasões, com a criação de Ceilândia.

Plano Piloto e cidades-satélites, portanto, nascem juntas, como alteridades que se negam e se afirmam, fracionando o espaço, mas fazendo parte da mesma totalidade. O primeiro, para afirmar-se como centro administrativo e simbólico do poder, nega o Outro, afirmando-o em sua condição de periferia, excluindo-o do mundo planejado da racionalidade lógica.

Formaram-se, assim, as configurações fracionadas do território que se pretendia monolítico e unitário, base idealizada para um espaço moderno e igualitário, em que não existiriam o que Lúcio Costa denominava de “mazelas” de outras cidades – invasões, favelas ou habitações de má qualidade. Mas, as mazelas se impuseram nesses espaços periféricos. As novas cidades-satélites logo se cobriram de invasões, enquanto no Plano Piloto e nas áreas rurais, as favelas se mantiveram e mesmo aumentavam. Ao mesmo tempo, os inquilinos de fundos de lote juntavam-se aos invasores em busca de habitação.

Dentro desse continuum de periferização, que nega, pela falta de moradia, às populações de baixa renda, o direito à cidade, é que ocorreram as primeiras eleições para governador do Distrito Federal. O período já não comportava a negação dos invasores nem dos inquilinos pobres. Era necessário reconhecê-los, afirmá-los, fortalecê-los no momento em que passaram a significar votos. Mas o registro de multidão violenta e ameaçadora continuou, oculto sob um discurso que propunha soluções para o problema da habitação. O Administrador Regional de Samambaia retoma o novo registro da multidão:

*Existiam várias invasões que os governos não conseguiam acabar. Derrubava barraco... porque a coisa foi se avolumando tanto, que o povo estava... podia até formar um exército para enfrentar o governo. Então o governador sentiu que não era por aí. Ele teria que arrumar outra forma. E a forma poderia ser o assentamento. A forma de acabar com isso era o assentamento.*

Assim, os assentamentos foram implementados. Em Samambaia, somente as áreas licitadas encontravam-se abastecidas por água encanada. No assentamento, as quadras eram servidas por chafarizes centrais, aos quais se chegava por picadas esburacadas. Toda a cidade era um caos, tipicamente uma periferia para população de baixa renda.

### **IDENTIDADE E CAOS: O MOSAICO COMO METÁFORA**

Uma questão central dos espaços habitados pela população de baixa renda é a baixa estima dos moradores pela avaliação do baixo status da cidade, referido

por problemas sociais, tais como violência e criminalidade, e por problemas urbanos, como falta de infra-estruturas. A identidade social, portanto, é negativa e seus atributos, estigmatizados.

Para Goffman (1988, p.12-13), o estigma é “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”. Escreve ele que certos atributos estigmatizam uma pessoa, posicionando-a em desvantagem em relação aos outros, tornando-a diferente, menos desejável e, “num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída”. Ser “removido”, como os moradores dos assentamentos, é uma situação estigmatizada que necessita todo um processo que acoberte as identidades desabonadoras, fazendo desaparecer o que as desacredita.

Os personagens oficiais de Samambaia, o administrador regional e as lideranças comunitárias, buscam dissimular a negatividade e o estigma pelo uso de metáforas encobridoras, pois, em se tratando de eleitores, é necessário atribuir-lhes uma posição validada socialmente. Este é o tema do repertório de identidades da cidade-satélite que permeava o cotidiano dos moradores, em que se verifica o jogo das estigmatizações, dos papéis e das identidades dos personagens, assim como a territorialidade adquirida pelos diversos dizeres e fazeres. A economia da identidade e do território se entretetece na história e nas estórias vividas dia a dia, em que se procura estabelecer uma versão oficial para a transformação do caos em ordem, por intermédio de imagens que aumentem a auto-estima dos moradores de Samambaia.

A metáfora escolhida é o “mosaico”. O discurso se desenvolve em planos

de igualdade e diferença, nos quais os territórios se articulam às populações. Brasília, o espaço maior é caótico - um mosaico -, porque para aqui vieram pessoas de todo o território nacional, e as cidades-satélites seguem o mesmo modelo. Se a semelhança é garantia de auto-estima, o tempo se encarregará de apagar as diferenças. Com a palavra o administrador regional:

*Brasília já é um grande mosaico, tem gente do Brasil inteiro, cada um com um tipo de cultura diferente e as cidades-satélites, como Samambaia, por exemplo, da mesma forma. A origem deles é de vários locais do país. Então, chega aqui, cada um de um local, cada um de um costume, então, começam a formar outra cultura.*

Não há degradação também quando os atributos da discriminação estão fora da esfera dos homens. A fala do administrador retoma os elementos da baixa auto-estima, os atributos de marginalidade e criminalidade, mas naturaliza os conflitos quando desloca a questão da esfera social para as esferas da repressão (mais policiamento), da urbanização (iluminação, recuperação de ruas e cuidado com a vegetação), da temporalidade (Samambaia é uma cidade nova) e da natureza (as condições meteorológicas). Nada, portanto, a ver com os moradores da cidade:

*Então, por que é que nós temos problemas? Você vê, uma cidade nova, que ainda não tem todo o sistema de iluminação pronto. Fizemos o ano passado e vamos repetir esse ano, a roçagem. No período de chuvas... essa semana participamos de uma reunião, aqui à noite com o povo, em que o pessoal...*

*estava ocorrendo o maior número de problemas aí. Porque? Por que choveu 40 dias e as ruas ficaram intransitáveis e os carros da polícia não podiam passar. Assalto na loteria, assalto na padaria, tentativa de estupro. Você pode perceber que agora, que é muito seco, os problemas diminuem, por que estamos recuperando todas as ruas. Aí, a cavalaria vai atuar numa parte e a polícia militar e a polícia civil vai atuar em outra.*

Há problemas, porém, na versão naturalizada oficial, pois os moradores que já estavam na cidade trouxeram os problemas para a esfera social e se impuseram como uma realidade que não pôde ser negada. Munidos da visão de pessoas que procuravam ascender socialmente por intermédio da propriedade privada, tinham a expectativa de habitar uma cidade de classe média, como lhes fora prometido na compra de seus lotes e agora, vêm-se às voltas com o que rotulam de indesejáveis invasores e moradores de fundos de lote, com todos os problemas que supostamente acarretam.

As ações desses atores do espaço urbano mostravam um sub-registro do mosaico do administrador e se apresentavam como a desordem que ameaçava o projeto político de eliminar as invasões. O Presidente do Conselho de Lideranças acabou admitindo:

*No começo houve pequena resistência entre os moradores da SHIS, porque já é um pessoal com uma... situação financeira um pouco melhor...mais definida e o pessoal do assentamento... então no começo era um transtorno. Então, causava um desconforto muito grande. Os moradores da SHIS começaram uma*

*pequena revolta”.*

Fala-se nas condições financeiras de maneira velada, com reticências, mas são elas que permeiam a má identidade dos pobres. Portanto, com a palavra os outros componentes do mosaico, para que se possa perceber como eles se engendram pelo fazer e pelo dizer, instituindo suas próprias identidades e dos outros moradores de Samambaia.

### **A VERSÃO POPULAR DO MOSAICO**

A “pequena resistência” dos residentes da SHIS mostrou-se como uma grande disputa pelo território entre os moradores antigos e os novos. Para a população que vive o dia-a-dia, as metáforas tornam-se concretas com o comportamento e o discurso do outro morador, pois este é a alteridade que o reconhece como indesejável recém-vindo portador de atributos desvalorizados que podem contaminá-lo e à sua propriedade. Assim, as desavenças entre os moradores afloraram com força, tomando os mesmos elementos de marginalidade, temporalidade e urbanização presentes no discurso do administrador e das lideranças.

O discurso de duas moradoras do setor da SHIS permite localizar espacialmente os conflitos. Eles haviam sido discriminados pelos moradores do setor de mansões, que defendiam seu território dos estigmatizados recém-vindos para as casas populares. O setor de mansões era reivindicação das classes mais abastadas das cidades-satélites, principalmente Taguatinga, que pretendiam obter a auto-referência positiva de habitar num setor equivalente às áreas nobres do Plano Piloto e lutavam para manter essa exclusividade. A moradora 1, do setor

da SHIS, mostrou o movimento de revolta do Outro, os ricos, pela chegada dos pobres:

*No início houve muita divisão. Eles confrontavam com a gente aqui, né? Fizeram até uma passeata, uma vez, para impedir que houvesse a situação de ônibus ali, o trânsito. Eles discriminaram a gente aqui, sabe? No início. Depois, eles aceitaram. Achei muito negativo da parte deles. Incriminando a gente, que estava chegando, cada um com um sonho. Porque os moradores aqui da SHIS, todos eles realizavam um sonho, recebendo a casinha aqui.*

A mesma oposição se repetiu com a chegada dos invasores removidos, mas desta vez a negação partiu dos moradores da SHIS. Para eles, o mesmo registro de caos e agitação, de multidão anônima e ameaçadora que o setor de mansões havia manifestado em relação a eles. A moradora 1 assim se refere ao momento da chegada:

*“Aí veio... começou a vir as invasões. Ah, mais trazer esse povo para cá?’ Trazer esse povo para cá? Quem sabe quem veio?”*

Perguntadas sobre o que parecia ser o grande problema da Samambaia, a criminalidade, as moradoras do setor da SHIS indicaram o caminho dos antagonismos e conflitos entre os territórios. A busca de uma identidade positiva leva a moradora 1, dona de casa, a reduzir a cidade à sua quadra, que é exaltada: “Só temos a elogiar a nossa quadra, a nossa cidade.”

Mas a alteridade desabonadora faz sua aparição logo em seguida, nas palavras da moradora 2, professora da escola pública local: “Não falo pela Vila Roriz. Lá tem muita marginalidade”. A Vila Roriz é o próprio cerne do assentamento, cujo nome refere-se ao governador Joaquim Roriz, mentor das remoções. A professora continua a versão oficial com seus próprios recursos discursivos, opondo a cidade às outras satélites e dando contornos favoráveis à Samambaia, medidos por obras de infra-estrutura.

O asfalto e o esgoto, mesmo que ainda não passe pelo setor da SHIS, existe em Samambaia e é sinal de status e de interesse do Outro por excelência (o governo) pela cidade e quase que por ela, pessoalmente. O Outro-sem-rostro - o povo, alguém, ninguém, o pessoal – procura denegrir a obra já realizada, mas o tempo joga a favor dos moradores, porque a cidade é nova e as benesses desejadas encontram-se no futuro.

A professora retoma o discurso temporal do administrador regional, mas faz um corte de acordo com sua vivência, na qual discrimina os removidos para Vila Roriz dos progressos do presente e provavelmente, também do futuro:

*Eu já morei na Gariroba (setor habitacional de outra cidade-satélite, chamada de Ceilândia), entendeu? E lá não tinha asfalto e não teve rede de esgoto dentro de três anos, como temos aqui. O mal é que o povo só vê os pontos negativos. Infelizmente, nunca ninguém sabe chegar perto de alguém e falar: “fulano fez isso e aquilo positivo”. Sou professora e combato muito meus colegas. (...) O mal da gente é falar sempre os pontos negativos. Não é falar que estou do lado do governo, que eu não*

*estou, entendeu? Mas a gente tem que olhar. Aqui, uma cidade que tem três anos, só três anos e já tem o que tem, né? Mas eu não falo pela Vila Roriz. Lá é triste mesmo. Lá não tem água, não tem nada para aquele pessoal. Lá é triste.*

A indignação passa pelo elemento “propriedade privada” e pelo desamparo frente à força que a multidão ostenta. Os moradores da SHIS se sentiram duplamente segregados, pois não foram aceitos nem pelos mais ricos e nem pelos mais pobres, o que lhes criou uma situação constrangedora de desamparo e perigo, como se percebe pelo depoimento da moradora 2, reforçada pela moradora 1:

*Eles falavam de nós, entendeu? Aí, quando foi chegando as invasões. Primeiro foi aquelas invasões feias mesmo. Você lembra? Aí todo mundo dizia “ah, nossas casas não vão ter nenhum valor mais! Depois disseram que o ônibus era para eles, não era para nós.*

*Que quando o pessoal... quando a gente encontrava o ônibus, por exemplo, nós aqui da SHIS e eles lá, da Roriz, havia assim uma... eles olhavam pra a gente assim... com um olhar assim... fulminando por isso”.*

São, portanto, pessoas perigosas que se instalaram nos assentamentos, tanto que a moradora 3, do próprio assentamento diz, como voz unânime da vizinhança e como reafirmação de uma situação marginal já afirmada pelos outros grupos de residentes:

*Assalto à gente vê todo dia. Inclusive eu tive que ceder a sala pra essa senhora morar porque, inclusive eu quase fui assaltada. Então, eu pra ficar aqui sozinha é difícil. De dia, duas horas da tarde. Não levou nada, porque saí correndo pros fundos, gritando. Deixei a casa toda aberta e saí correndo. Aqui não se pode sair de noite, sabe?*

Na situação de desordem instaurada pela vinda dos assentados, há sempre possibilidades de que irrompam tumultos. Até o dia da eleição para o Conselho de Lideranças não foi poupado. É um caos dentro do caos, como testemunha o morador 4, do assentamento:

*Houve muito tumulto na Administração nesse dia. Tiveram que chamar a polícia e veio seis camburões de uma vez para conter a multidão. O motivo do tumulto foi... o tumulto começou com um campo de futebol... Que atrás da Administração tem um campo de futebol e nesse dia eles estavam decidindo lá um torneio. E o tumulto começou lá e veio parar na Administração, onde o pessoal demorou muito tempo.*

A garantia de superação do caos está na homogeneização do espaço e na negação dos territórios individuais, que é o discurso oficial assumido pelo morador 5, do setor da SHIS, que trabalha na Administração Regional. Mas, ele reinventa o discurso oficial e mantém a discriminação no “lá” e no “eles”, na acusação de marginalidade, mesmo quando pretende dizer o contrário do que afirma, como ao mencionar os sentimentos dos mais pobres:

*A Samambaia não tem vários bairros, a Samambaia é uma só. Ela qualifica uma só. Agora, são as pessoas que botam: é a Vila Roriz, é a expansão... uma porção de coisa. A Samambaia é qualificada como uma só. Mas, no geral, a Samambaia vai bem, porque uma cidade com dois, três anos... Existe muita discriminação na Samambaia, aonde você vê, tem as pessoas que moram aqui nas 200, que são essas quadras aqui de cima. Eles estavam falando o seguinte: estava havendo muito roubo lá e o que é que eles dizem? Que é o pessoal da Vila Roriz que vem e rouba. Então, essa discriminação já começa com os próprios moradores das quadras. “Eu não vou na SHIS, porque na SHIS o pessoal são importante”. O pessoal daqui não vai lá, porque diz que lá só tem gente imundiça, gente pobre, gente que veio de invasão. E não é por aí que você tem que praticar as pessoas. Todos são seres humanos, todos são gente. Você tem que respeitar os sentimentos das pessoas.*

A organização da cidade, então, localiza-se na esfera da superação da violência pela superação dos territórios. O reconhecimento do Outro, o morador do Plano Piloto, é um indício de que a cidade está superando seus atributos negativos e o estereótipo de “assentamento”. O reconhecimento se manifesta pelas relações capitalistas da propriedade privada: quanto maior o status dos que procuram um imóvel, mais positiva a imagem da cidade. Um líder comunitário atesta:

*Eu tenho notado aqui, eu moro na SHIS, e, de uns meses para cá, a procura de um imóvel da SHIS por pessoas do Plano Piloto.*

*Principalmente pessoas assim... médicos, advogados, dentistas, muito grande, muito grande mesmo. Eu creio que, talvez, esteja o fato que eles, agora, estão enxergando que Samambaia é uma realidade e uma realidade boa e uma cidade que tem um futuro muito bom e eu fiquei impressionado com essa procura, com essa demanda de pessoas do Plano Piloto por uma casa.*

A grande metamorfose se faria, porém, pela via do pertencimento, do sentido intransitivo e reflexivo da identidade, com o qual se conseguiria a coesão social (Le Bosse, 2004). O pertencimento se materializa no bairrismo, que significa “apego”, “amor” à cidade, afirmando-a como território coletivo, de todos. O sujeito 5 continua:

*Outra coisa que o pessoal tem batalhado muito, que é interessante, é realmente criar o bairrismo, aumentar o bairrismo, sabe, o pessoal defender, evitando que a cidade, uma cidade nova... se deixar, acaba se transformando numa cidade violenta, que na verdade não é, e que depois leva um século para tirar isso.*

O território coletivo de pertencimento seria forjado num continuum temporal da cidade antropomorfizada, em que o grupo se afirma frente ao “Outro-sem-rosto” - a “gente”, os “muitos” - que já havia tentado impedir o assentamento, impedir o desenvolvimento da cidade, impedir a concretização do sonho de cada um, a ascensão na hierarquia social, de invasor ou inquilino a proprietário.

*Hoje és criança*

*Começando a engatinhar.*

*Amanhã serás moça,*

*Começando a levantar*

*Muitos não creram em teu nascimento*

*Muitos não querem teu desenvolvimento*

*Porém, terão que aceitar seu crescimento.*

*(poesia de uma moradora de Samambaia, declamada pelo líder  
do Conselho Comunitário)*

No futuro, portanto, está a validação da identidade social de Samambaia e seus habitantes, quando o mosaico tiver sido superado, quando a casa própria começar a produzir seus sujeitos positivos e afirmativos, quando os moradores do Plano Piloto se mudarem para Samambaia.

### **SOMENTE ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR:**

#### **O FUTURO CHEGOU E ...?**

Duas questões devem ser discutidas ao final desse trabalho: a primeira é se o processo eleitoral superou conflitos e construiu relações sociedade/território mais igualitárias e a segunda, se, à medida que o assentamento foi se urbanizando e integrando à vida de Samambaia, os moradores obtiveram status, reconhecimento, auto-estima e imagens positivas de si mesmo. Em resumo, se a apropriação de um território por meio da habitação e de um processo político deu aos moradores de Samambaia o estatuto de indivíduos e de sujeitos.

Os dois termos, indivíduo e sujeito, podem ser intercambiados, de acordo com a sugestão de Veyne (1988, p. 90), quando escreve: “entende-se aqui, por

indivíduo, um sujeito, um ser ligado á sua própria identidade pela consciência ou pelo reconhecimento de si”. Mas, Veyne introduz a submissão na noção de sujeito, ao posicioná-lo como súdito “sujeito de um rei”. O autor instaura a ambigüidade, pois se de um lado pressupõe o sujeito da enunciação, aquele que fala, por outro, pressupõe a sujeição do indivíduo. A questão, então, é: com o processo eleitoral, o morador de Samambaia tornou-se aquele que fala, que se reconhece como sujeito em relação a um Outro, morador ou governo? Ou ele continuou subordinado?

O primeiro caminho a ser seguido para proporcionar as respostas refere-se ao contexto material e social de vida. Samambaia hoje, de acordo com o Censo de 2000, abriga uma população de 164.319 habitantes, 8,0% a população do Distrito Federal, de 2.051.146 habitantes. Infra-estruturas e serviços urbanos foram implantados e conta com hospitais e escolas. A totalidade da população é atendida com luz, água encanada e esgoto. As largas avenidas e as ruas secundárias estão asfaltadas; as moradias das cooperativas e da SHIS estão reformadas; os barracos foram demolidos e em seus lugares, construídas habitações de alvenaria, com grande quantidade de sobrados. Edifícios de vários andares e comércio disseminam-se por todo o núcleo urbano. A divisão social do espaço urbano é quase invisível na paisagem e não se distinguem mais os vários setores.

Samambaia, entretanto, ostenta indicadores sociais bastante negativos. A renda familiar, de 3,8 salários mínimos, é a segunda mais baixa do Distrito Federal, somente acima de Recanto das Emas, cidade criada no movimento de assentamento de favelados e inquilinos pobres. A criminalidade, medida pela taxa de mortalidade por homicídios em 100.000 habitantes é de 44,1 somente inferior à

taxa da Região Administrativa do Paranoá, de 54,7, e superior à do Distrito Federal, de 33,1 (Vasconcelos e Costa, 2005, 46).

O segundo caminho refere-se ao comportamento e às representações dos atores de Samambaia. Primeiramente, os atores de alta renda, do setor de mansões. Ao final de sua luta pelo território desligaram-se de Samambaia e passaram a integrar a região administrativa de Taguatinga, área dinâmica em atividades, com status muito mais elevado. Toda a área do setor encontra-se cercada por altos muros e, nos portões de entrada, um posto policial vigia a circulação das pessoas e veículos e o transporte coletivo (ônibus, vans) não trafega dentro de seus limites. Os moradores do setor de mansões queriam distância dos moradores pobres, acusados de criminalidade, e conseguiram.

Os atores de classe média baixa, como os moradores da SHIS, assimilaram a idéia de igualdade social, mas em seu discurso deixam clara a diferença entre o nós e o eles, entre o aqui e o lá dos outros moradores. Nessa fala, emitida no setor da SHIS, é enfatizada a semelhança e a diferença:

*São pessoas como nós, sem diferença alguma. O que eles ganham menos, são mais pobres, que eles não têm uma roupa melhor para vestir, que eles andam sujinhos, não faz diferença alguma. É gente como a gente (moradora da SHIS, in Peluso, 1998).*

Por último, os transferidos para os assentamentos e seu posicionamento em relação ao núcleo do assentamento, a Vila Roriz. Para superar a condição de assentado, com as representações que acarreta, o território identificado com pessoas pobres e marginais é negado e banido das proximidades da habitação

de cada um. A fala dessa moradora da ex-Vila Roriz é bastante clara:

*Não sei se você conhece a Rocinha, a Vila Roriz. É a pobreza morando no meio do lixo (moradora do assentamento, in Peluso, 1998).*

Vê-se, então, que para obter status, auto-estima e reconhecimento, os moradores de Samambaia utilizaram as diversas estratégias territoriais disponíveis politicamente, em que as respostas à pergunta “quem somos nós”, repõem o mosaico. Assim, o jogo das discriminações e estigmatizações continua com os mesmos personagens, pois o processo eleitoral não superou os conflitos entre os territórios de moradia, porque manteve as desigualdades sociais do momento de ocupação da cidade-satélite.

Entretanto, os resultados mostraram-se muito favoráveis para os políticos e observa-se uma coincidência entre os assentamentos e os votos recebidos por seus mentores, como aponta a pesquisa de Castro, realizada em 2005. Mapeados os votos, verifica-se que em Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e São Sebastião o governador Roriz, responsável pela criação do assentamento, obteve mais de 55% dos votos dos eleitores na última eleição (Castro, 2005). Os candidatos que compreenderam o processo de validação identitária pela obtenção de territórios de moradia e emitiram discursos de acordo, validaram-se politicamente.

Dessa maneira, as identidades mantêm-se firmemente referidas ao território, são “qualificadas”, como diria nosso amigo, o morador 5, pelo lugar que habitam, de tal maneira que “onde eu estou” torna-se sinônimo de “quem eu sou”. Com isso, alguns sujeitos tornam-se indivíduos, aqueles que falam, en-

quanto outros, seduzidos pelo projeto oficial, falam o discurso dominante e continuam sujeitos dos conflitos coletivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, I.E. (2005). Morar e votar: A razão da moradia e a produção do espaço político na cidade. In: VI Encontro Nacional da ANPEGE. Ceará, *Anais...* CD-ROM, pp. 1-12.
- CIAMPA, A.C. (1994). *A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CLAVAL, P. (1999). Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie? *Geographie et Cultures*, nº 31, pp. 5-24.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (1989/90). *Relatório da Coordenação de Assentamento do Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do DF*. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Social.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- GOTTMANN, J. (1976). The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, vol. 14, n. 3 e 4, pp. 29-47.
- LE BOSSE, M. (2004). As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R.L., ROSENDHAL, Z. (Org.) *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 157-179.
- MAFFESOLI, M. (1996). *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes.
- MESQUITA, Z. (1995). Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z., BRANDÃO, C.R. (Org.) *Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 76-92.

- OLIVEIRA, J.K. (1975). *Porquê construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- PAVIANI, A. (1991) A construção injusta do espaço. In: PAVIANI, A. (Org) *A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 70-85.
- PELUSO, M.L. (1998). *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF*. Tese de Doutorado, Programa de Psicologia Social, PUC, São Paulo.
- SANTOS, M. (1994). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- SILVA, E. (1971). *História de Brasília*. Brasília: Editora de Brasília.
- SILVEIRA, D.P.F. (1998). Gestão territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências. In: PAVIANI, A. (Org.) *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 145-166.
- VASCONCELOS, A.M.N., COSTA, A. (2005). Demografia da violência no Distrito Federal. In: PAVIANI, A., FERREIRA, I.C.B., BARRETO, F.F. (Org.) *Brasília: dimensões da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 33-56.
- VEYNE, P. (1988). O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: VEYNE, P., VERNANT, J.P., DUMONT, L., RICOEUR, P., DOLTO, F., VARELA, F., PERCHERON, G. (Orgs.) *Indivíduo e Poder*. Lisboa, Edições 70, pp. 8-23.